

ACESSO À EDUCAÇÃO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO CEARENSE: SUJEITOS COLETIVOS E DISPUTAS

Bruno Alves de Sousa¹

RESUMO

O trabalho tem por objetivo dissertar brevemente sobre como se dá a educação no sistema socioeducativo cearense, mediante a atuação de sujeitos coletivos. O objetivo principal da pesquisa de natureza exploratória foi compreender como se dá a atuação de diversos sujeitos, seja de agentes do Estado, seja de ativistas e movimentos sociais, no acompanhamento das políticas públicas relacionadas à efetivação do direito à educação no sistema socioeducativo, bem como prover o acesso a essas políticas em tais espaços não escolares. A coleta de dados fez uso de pesquisa bibliográfica (livros, artigos e dissertações), pesquisa documental (leis, resoluções, pareceres e outros atos normativos e dados oficiais), mas também de participação em eventos públicos (presenciais e virtuais) e de conversas com alguns dos sujeitos do campo. Já a análise de dados foi eminentemente qualitativa, destinada à organização, à compreensão e à explicação desse fenômeno. Observou-se que as mães dos socioeducandos, em imensa maioria mulheres negras, atuam em coletivo organizado de mães. Elas se organizam pela reivindicação de direitos de seus filhos no sistema socioeducativo cearense (mas também no sistema prisional), bem como na popularização dos direitos humanos. Já no Estado, destaca-se a atuação do Ministério Público do Ceará, que atua fiscalizando a aplicação da lei nos centros e exigindo políticas públicas específicas. A aproximação com tais sujeitos coletivos se deu em decorrência de pesquisa no sistema socioeducativo.

Palavras-chave: Acesso à Educação, Sistema Socioeducativo, Sujeitos coletivos.

INTRODUÇÃO

A figura das mães em famílias pobres e negras é central na gerência do ambiente doméstico e na socialização dos filhos, transmitindo-lhes valores morais do grupo social. Essas “famílias matrifocais” (ZALUAR, 1985) têm passado por transformações com o superencarceramento de jovens negros. Ao se depararem com um cotidiano violento de filhos privados de liberdade, tais mães se lançam à esfera pública para reivindicar direitos humanos. Constroem novas redes de relações e reelaboram as próprias existências. Nesse sentido, em decorrência do colapso do sistema

¹ Mestre pelo Curso de Antropologia da Universidade Federal do Ceará – UFC, brunoalves.ufc@gmail.com

socioeducativo em 2015 no Ceará, foi fundado o Movimento Vozes de Mães e Familiares do Sistema Socioeducativo e Prisional do Ceará.

METODOLOGIA

Para tal empreendimento, a coleta de dados fez uso de pesquisa bibliográfica (livros, artigos e dissertações).

Também foi realizada pesquisa documental (leis, resoluções, pareceres e outros atos normativos e dados oficiais), de forma a examinar algumas das principais legislações, políticas públicas e documentos oficiais.

Por fim, a pesquisa se deu através da participação em eventos públicos (presenciais e virtuais) ao longo dos dois últimos anos. Nessas oportunidades, pude ter conversas com algumas mães integrantes do coletivo. Faço breve análise de como a organização de familiares em redes colabora para a efetivação dos direitos humanos e é atravessada por gênero e raça.

Já a análise de dados foi eminentemente qualitativa, destinada à organização, à compreensão e à explicação do fenômeno.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conheci tal coletivo por ocasião da pesquisa do mestrado com LGBTs no sistema socioeducativo. Estava mapeando os sujeitos e conhecendo os discursos públicos. Já era mais familiarizado com o cenário LGBT, mas pouco conhecia acerca do sistema socioeducativo. Resolvi participar do Seminário Interinstitucional Brasil-Espanha de Socioeducação, Arte e Justiça Restaurativa em agosto de 2019. Naquele evento conheci algumas mães do referido coletivo. Àquela ocasião, pude conhecer inúmeros atores da socioeducação cearense, sendo do Estado ou dos movimentos sociais.

Na oportunidade, reconheciam alguns avanços (maior abertura da gestão ao diálogo com as mães), mas criticavam o fracasso na ressocialização. Por vezes mencionavam o Estado como responsável por punir e matar seus filhos, fazendo lembrar a tríade Estado (masculino)/ mãe/ filho (VIANNA; LOWENKRON, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em outubro de 2019, compareci ao Lançamento da Carta-Convite do V Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado, a convite de uma das mães. Conheci outras delas e foi notória a maioria de mães negras. Rememoraram reuniões, promessas, denúncias relatadas nas visitas familiares e dores por filhos assassinados pelo Estado. Fotos, blusas e cartazes estampavam o auditório. As mães desempenham um protagonismo simbólico na “luta por justiça” pelos seus filhos (VIANNA; FARIAS, 2011).

Já em julho de 2020, no contexto da pandemia da Covid-19, foi organizado um evento virtual pelo Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura tendo como tema o sistema prisional e socioeducativo durante a crise sanitária. Uma mãe participante discursou uma impressionante constatação: “Pro sistema não tenho nome. Sou mãe do preso. (...) Deixei de ser dona de casa para ser ativista de direitos humanos”. Denunciou também ausência de videochamada em todos os centros socioeducativos e falhas na entrega de material de higiene.

Se na sociedade civil é fácil perceber quem se debruça sobre essa causa, avaliar no âmbito estatal torna-se um pouco mais complexo. Ainda assim, no Estado, destaca-se a atuação do Ministério Público do Ceará, que atua fiscalizando a aplicação da lei nos centros e exigindo políticas públicas específicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação de mães negras é essencial ao acompanhamento e à fiscalização da execução de políticas públicas para jovens privados de liberdade. Colaboram para a popularização dos direitos humanos e denunciam eventuais violações de garantias constitucionais por parte do Estado. Profundamente generificada, essa relação é marcada por diálogos e enfrentamentos cabendo-lhe o protagonismo na defesa de seus filhos.

REFERÊNCIAS

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu** (37), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2011.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura.. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu** (51), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2017.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1985.